

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0021149

a Agricultura, Industria e Commercio

F  
351.1  
B823

## DIRECTORIA DE METEOROLOGIA E ASTRONOMIA

Instrucções, que baixaram com a  
Portaria de 5 de Dezembro de 1914,  
para reger os concursos para pre-  
enchimento de vagas na Direcção  
de Meteorologia e Astronomia.



RIO DE JANEIRO  
IMPRENSA NACIONAL  
1915

F 351.1  
B823d



Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

---

## DIRECTORIA DE METEOROLOGIA E ASTRONOMIA

Instrucções, que baixaram com a  
Portaria de 5 de Dezembro de 1914,  
para reger os concursos para pre-  
enchimento de vagas na Directoria  
de Meteorologia e Astronomia.



RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL  
1915

6083-91A

B0021149

F. 51.1  
23 d



## DIRECTORIA GERAL DE AGRICULTURA

### PRIMEIRA SECÇÃO

O ministro do Estado da Agricultura, Industria e Commercio, em nome do Presidente da Republica :

Resolve, de accôrdo com o paragrapho unico do art. 58 do regulamento annexo ao decreto n. 9.082, de 3 de novembro de 1911, approvar as instrucções por que se deverão reger os concursos para preenchimento de vagas na Directoria de Meteorologia e Astronomia, que com esta baixam assignadas pelo director geral de Agricultura.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1914. — *João Pandiá Calogeras.*

## DIRECTORIA DE METEOROLOGIA E ASTRONOMIA

### PROJECTO DE INSTRUÇÕES PARA CONCURSOS

Art. 1º. Haverá concursos em que poderão se inscrever quaesquer candidatos com os necessarios requisitos, no caso de vagarem os seguintes logares:

- a) assistente de 2ª classe do Observatorio Nacional;
- b) assistente do Observatorio Regional;
- c) calculador;
- d) auxiliar;
- e) secretario;
- f) escriptuario.

§ 1º. Enquanto houver algum dos assistentes de 3ª classe existentes na data do decreto n. 9.082, de 3 de novembro de 1911, em cada tres vagas de assistentes de segunda que se produzirem na secção de Meteorologia e Physica do Globo, será provida uma por antiguidade entre os assistentes de terceira.

§ 2º. Poderão inscrever-se no concurso para a vaga de secretario apenas os candidatos que estiverem nos casos do art. 59 do regulamento interno (decreto n. 9.082, de 3 de novembro de 1911).

Art. 2º. Haverá concurso de provas de capacidade, nos termos do art. 43 do regulamento annexo ao decreto n. 8.999 de 11 de

BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
F299	4/6/63



agosto de 1911 e 58 do regulamento interno, nos seguintes casos de promoção por merecimento :

- a) promoção de assistente de 2ª para 1ª classe;
- b) promoção de assistente de 3ª classe ou de assistente do Observatorio Regional a ajudante do Observatorio Regional;
- c) promoção de auxiliar a assistente de 3ª classe.

Paragrapho unico. Caso nenhum concorrente haja sido habilitado á promoção por merecimento, ou não se tenha inscripto candidato algum, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, proceder-se-á a concurso publico, de conformidade com o art. 1, sendo as provas as correspondentes ao logar de categoria immediatamente inferior á da vaga existente.

Art. 3º. Produzindo-se uma vaga, nos termos do art. 1º, § unico do art. 2º, o director deverá, dentro de um mez e mediante editaes publicados no *Diario Official*, abrir inscripção para o respectivo concurso, em que se poderão inscrever os candidatos maiores de 18 annos, que provarem a qualidade de cidadão brasileiro, bom comportamento e capacidade physica.

§ 1º. No caso da vaga pertencer a um Observatorio Regional, os editaes serão publicados simultaneamente no *Diario Official* da Capital Federal e no do Estado em que existir o referido observatorio.

§ 2º. O prazo para a inscripção será contado da data da publicação no *Diario* local.

Art. 4º. No caso dos candidatos de que trata o art. 1º não possuirem algum diploma scientifico ou litterario, deverão prestar exame de sufficiencia, antes de serem admittidos a concorrer.

§ 1º. Consistirá o exame nas seguintes provas, que serão apenas escriptas:

- a) lingua vernacula.
- b) lingua franceza.
- c) lingua ingleza ou allemã.
- d) geographia e historia, principalmente patrias.

§ 2º. A prova de lingua portugueza consistirá na descripção de assumpto lido na occasião por um dos examinadores, e não excederá de duas paginas, formato almasso.

§ 3º. As provas de linguas estrangeiras consistirão na traducção, sem auxilio de dicionario, de trecho de 20 a 30 linhas de extensão.

§ 4º. A prova de geographia e historia consistirá na descripção physica e politica de alguma região e na narrativa de facto historico notavel.

§ 5º. O assumpto da precedente prova será tirado á sorte pelo 1º candidato inscripto, em uma lista de 20 pontos, sendo publicado, 15 dias antes do começo das provas um resumo das materias, sobre as quaes ver-se-á o exame, ficando indicadas as grandes subdivisões e os capitulos dessas com precisão.

Art. 5º. O exame de sufficiencia se realizará em dous dias, com intervalo de, pelo menos, 24 horas, procedendo-se, no primeiro

dia, ás provas de portuguez e de francez e, no outro dia, ás das materias restantes.

Art. 6º. Os candidatos reprovados em exame de sufficiencia não serão admittidos a concurso.

Art. 7º. Dispensa do exame de sufficiencia qualquer diploma de escola superior conceituada ou facto de estar o candidato matriculado em alguma das escolas superiores da Republica ou das congêneres estrangeiras.

§ 1º. Ficam igualmente isentos do exame de sufficiencia os candidatos que já foram funcionarios do Observatorio Nacional.

§ 2º. O facto de ter sido aprovado em exame de sufficiencia dispensa o candidato de repetil-o, caso se inscreva em futuro concurso.

Art. 8º. O prazo para a inscripção ao exame de sufficiencia e ao concurso, é de 60 dias contados da publicação do respectivo edital no *Diario Official*.

Terminado este prazo, será encerrada a inscripção e publicada a lista dos candidatos.

§ 1º. Em caso de molestia devidamente comprovada, antes do exame de sufficiencia ou do concurso, poderão ser estes adiados por oito dias no maximo;

§ 2º. Começados os exames ou o concurso não poderão ser interrompidos por motivo de molestia de algum candidato;

§ 3º. A inscripção se realizará mediante requerimento ao director, acompanhado de certidão de idade, de folha corrida e de attestado medico de robustez e declarando não soffrer o candidato de molestia contagiosa.

§ 4º. Os candidatos que se julgarem com direito á isenção do exame de sufficiencia, instruirão seu requerimento com documentos justificando suas allegações.

§ 5º. A inscripção para o concurso será requirida ao mesmo tempo que a do exame de sufficiencia ou da isenção deste.

§ 6º. Os candidatos que já foram funcionarios ficam dispensados da folha corrida.

Art. 9º. Da decisão do director, negando dispensa do exame de sufficiencia por não considerar validos os titulos apresentados, haverá, dentro do prazo de tres dias, recurso para o ministro, mediante requerimento a este dirigido e transmittido pelo director depois de informado.

Art. 10. Tres dias depois de terminado o julgamento das provas do exame de sufficiencia deverão com-çar as do concurso.

Art. 11. As provas de concurso constarão de uma parte escripta e de outra pratica.

Art. 12. Serão exigidas as seguintes materias :

a) para auxiliares, calculadores e assistentes de Observatorio Regional:

I, mathematica elemental: arithmetica, algebra elemental, geometria e trigonometria rectilinea (será exigida pratica de calculo logarithmico);

II, elementos de physica, meteorologia e physica do globo;

III, noções de chimica;

IV, elementos de cosmographia.



b), para assistentes de 2ª classe da Secção de Meteorologia e Physica do Globo, e ajudante do Observatorio Regional:

I, algebra superior, trigonometria espherica analyse infinitesimal, geometria analytica e mecanica racional;

II, physica (especialmente calor e electro-magnetismo) e chimica;

III, meteorologia e physica do globo;

IV, cosmographia e elementos de astronomia pratica.

c) para assistente de 2ª classe da Secção de Astronomia e Geodesia:

I, algebra superior, trigonometria espherica, geometria analytica, analyse infinitesimal e mecanica racional;

II, physica e chimica (especialmente espectroscopia, photographia, photometria e electro-magnetismo);

III, astronomia espherica e mecanica celeste;

IV, astronomia pratica e geodesia.

d) para escripturarios:

I, arithmetica e elementos de algebra;

II, redacção official e dactylographia.

e) para secretario:

I, conhecimento de duas linguas estrangeiras (correspondencia e conversação);

II, arithmetica, elementos de algebra e geometria;

III, contabilidade publica e direito usual, especialmente administrativo, legislação da fazenda.

IV. Bibliotheca, classificação decimal.

Art. 13. A commissão julgadora constará de cinco membros.

§ 1.º Para os concursos aos logares de assistentes de 2ª classe, o director da repartição será o presidente, e os examinadores serão, além do chefe da respectiva secção, os assistentes que forem designados pelo director.

§ 2.º A commissão para julgamento dos auxiliares e calculadores será presidida pelo chefe da secção respectiva e constituida por quatro assistentes designados pelo director.

§ 3.º A commissão julgadora dos concursos para o logar de secretario constará do director, como presidente, de dous funcionarios do Observatorio Nacional por elle designados, e de dous funcionarios do ministerio, designados pelo ministro, um sob proposta do director geral de agricultura e o outro do director geral de Contabilidade.

§ 4.º A commissão para os logares de escripturarios terá a composição da precedente, substituido o director na presidencia pelo secretario.

Art. 14. A commissão julgadora dos concursos para os logares de assistentes do Observatorio Regional será constituida, na forma do art. 56, § 2º, do regulamento interno, e se conformará ás regras do presente regulamento.

Paragrapho unico. Eventualmente os candidatos prestarão perante a mesma commissão o exame de sufficiencia previsto no art. 4º.

Art. 15. As provas escriptas do exame de sufficiencia durarão no maximo 4 horas cada uma.

§ 1º. O papel utilizado pelos candidatos será rubricado pelo presidente da commissão e assignado pelo candidato.

§ 2º. As provas serão fechadas pelo secretario em envelope lacrado, que será guardado no cofre da repartição, até que a commissão proceda ao julgamento.

Art. 16. No dia seguinte á terminação das provas escriptas do exame de sufficiencia, reunir-se-á a commissão que procederá á leitura e ao estudo das provas, as quaes receberão notas comprehendidas entre 0 (nulla) e 10 pontos (optima).

Art. 17. Será considerada quota representativa do merecimento de cada candidato a média dos pontos obtidos por escrutinio, em cada materia.

§ 1º. O presidente, além do voto de qualidade terá voto individual.

§ 2º. O candidato, cuja quota média for inferior a cinco, será considerado inhabilitado.

§ 3º. A nota zero em qualquer prova acarreta a eliminação do candidato que a tiver merecido.

Art. 18. O secretario do Observatorio lançará em livro apropriado uma acta de tudo de notavel que tiver occorrido em cada sessão da commissão.

§ 1º. A acta será lida no inicio da sessão seguinte, discutida e emendada, si houver razão para isto, e em seguida approvada e assignada por todos os membros presentes.

§ 2º. No caso de concurso para o logar de secretario, será este substituido por um funcionario do ministerio designado pelo ministro.

Art. 19. Terminado o julgamento, a lista dos candidatos approvados será affixada na secretaria e publicada no *Diario Official*.

Art. 20. Decorridos dous dias da terminação do exame, começará a prova escripta do concurso. Este constará de duas partes separadas por intervallo de um dia inteiro, pelo menos.

Paragrapho unico. As provas, escripta e pratica, dos candidatos ao cargo de escriptuario durarão um dia apenas, cada uma, tendo a prova pratica o numero de horas que for julgado sufficiente pela commissão.

Art. 21. Tendo o primeiro candidato inscripto tirado á sorte o ponto que será commum para toda a turma, terão os candidatos cinco horas para resolverem as questões, cujo numero será de uma para cada materia.

Paragrapho unico. E' prohibida a consulta de qualquer nota ou livro, assim como a intercommunicação dos candidatos.

Art. 22. O papel das provas será rubricado pelo presidente da commissão, sendo cada prova, no acto da entrega, tambem rubricada pelos demais candidatos e assignada pelo autor. As provas separadamente fechadas em sobrecartas, com o nome do autor, serão lacradas pelo secretario e por este guardadas no cofre da repartição até a hora do julgamento.

Art. 23. Vinte e quatro horas, no minimo, depois de concluida a prova escripta, os candidatos comparecerão á prova pratica, á hora marcada por edital publicado no *Diario Official*.



Art. 24. Tirado á sorte o ponto, pelo candidato inscripto em primeiro lugar, a commissão formulará as questões e fixará o numero de dias e de horas, que julgar necessarios para resolvê-las.

§ 1.º No caso de serem os candidatos mais numerosos que os instrumentos disponiveis, poderá a turma ser subdividida, a juizo da commissão.

§ 2.º Os candidatos da segunda turma terão novo ponto.

Art. 25. Necessitando a questão proposta mais de um dia de trabalho, antes de se retirarem os candidatos, no fim do primeiro, deixarão assignar-lhes suas respectivas cadernetas de notas, e incluirão nellas a descripção succinta da marcha que pretenderem seguir na resolução da questão proposta.

Art. 26. A prova pratica abraçará pelo menos duas das materias do concurso.

Art. 27. A commissão poderá permittir a consulta de livros e das taboas que julgar convenientes á elaboração da prova pratica, sendo todavia prohibida a inter-communicação dos candidatos.

Art. 28. Os relatorios, bem como os calculos e cadernetas referentes á prova pratica, serão entregues á commissão e por esta guardados da maneira prescripta para a prova escripta pelo art. 22.

Art. 29. No dia seguinte á terminação das provas reunir-se-á a commissão para proceder á abertura dos envoltorios das provas e ao julgamento destas, escolhendo-se em seguida o candidato que tiver maior numero de pontos e lavrando-se as respectivas actas nos termos do art. 18.

§ 1.º Seguir-se-á, na attribuição do numero de pontos a cada candidato, as regras do art. 17 e seus paragraphos.

§ 2.º No caso da collocação dos candidatos por ordem de merecimento produzir empate, será este resolvido mediante novo escrutinio.

§ 3.º Sendo numerosos os candidatos, o julgamento poderá durar mais de um dia.

Art. 30. Terminado o concurso, o director remetterá ao ministro a proposta de nomeação, instruindo-a com minucioso relatório dos factos occorridos no concurso, com as provas dos candidatos e com a cópia das actas das sessões da commissão, lavradas pelo secretario, na forma do art. 19.

Art. 31. O concurso de provas de capacidade que, nos termos do art. 42 do regulamento geral da secretaria, determina o valor dos funcionarios que devem ser promovidos por merecimento, será julgado por uma commissão de tres membros, composta do chefe da secção respectiva e de dous assistentes de categoria superior á dos candidatos, designados pelo director.

§ 1.º Os funcionarios que se julgarem nas condições dos artigos 42 e 43 do regulamento geral da secretaria se inscreverão mediante requerimento dirigido ao director e deverão, no prazo de 30 dias contados da data da abertura da inscripção; apresentar os documentos de que tratam os alludidos artigos.

§ 2.º A inscripção para o concurso de capacidade será aberta por uma ordem de serviço do director, affixada na secretaria do Observatorio, dentro do prazo de 15 dias, após se ter produzido alguma vaga, nos termos do artigo segundo.

§ 3.º No caso da vaga produzir-se em um observatorio regional a inscripção será aberta pelo respectivo chefe.

Art. 32. As provas praticas, a que se refere o art. 58 do regulamento interno, se realizarão de conformidade com os artigos 24, 25, 27 e 28 das presentes instrucções.

Paragrapho unico. A lista dos pontos para a prova pratica será affixada na secretaria do Observatorio Nacional, pelo menos durante 15 dias antes da realização da prova.

Art. 33. A commissão tomará como base de seu julgamento, além do saber manifestado na prova pratica, a assiduidade ao trabalho, a intelligencia e o criterio revelados pelos funcionarios, no desempenho de suas funções e das commissões inherentes.

Serão tomados em consideração os diplomas e certificados scientificos apresentados pelos candidatos, assim como os trabalhos, manuscritos ou impressos que tiverem relação com assumptos scientificos cultivados na repartição.

Serão tambem accetitos e devidamente avaliados quaesquer attestados de bons serviços prestados em estabelecimentos congeneres.

Paragrapho unico. A commissão poderá, quando julgar conveniente, pedir aos concorrentes explicações verbaes ou escriptas sobre os trabalhos, manuscritos ou impressos, por elles apresentados.

Art. 34. A commissão julgadora elaborará um relatório, que terminará com seu laudo, em que os candidatos serão enumerados por ordem de merecimento relativo.

Art. 35. O relatório será entregue ao director, que o remetterá, por cópia, ao ministro, com a proposta de nomeação do candidato mais merecedor.

Paragrapho unico. No caso do concurso realizar-se em um Observatorio Regional, o relatório e mais documentos serão enviados pelo respectivo chefe ao director, que os encaminhará ao ministro.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1914. — *Manoel Rodrigues Peixoto*, director geral.